

ATA N.º 7/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de intervenção do público.-----

----- 3.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 4.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Estudo urbanístico para a Rua Infante D. Henrique, em Bufarda – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----2) Pedido de licenciamento para loteamento urbano, para o prédio sito no Bairro dos Dominginhos, em Peniche, apresentado em nome de Inbox - Promoção Imobiliária, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----3) Pedido de licenciamento para legalização de alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 30/18, para o prédio sito no Largo 5 de Outubro, em Peniche, apresentado em nome de António Ferreira Lopes Costa – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----4) Pedido de licenciamento para legalização de alterações executadas no decurso da obra na vigência da licença n.º 50/15, sito na Rua das Flores, Casal Guisado, em Reinaldes, apresentado em nome de Ricardo Jorge Paulino Rodrigues – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----5) Pedido de licenciamento para legalização de moradia unifamiliar com dois pisos, para o prédio sito Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 24, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Abílio Manuel Marques Domingos – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de condomínio habitacional composto por quatro moradias unifamiliares, a implantar no prédio sito na Travessa da Bica, em São Bernardino, apresentado em nome de Pro Portugal - Mediação Imobiliária, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----7) Abertura de procedimento por concurso público para empreitada de construção de passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----8) Empreitada de reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Divisão de Obras Municipais:-----

-----9) Pedido de alteração de Certidão de Propriedade Horizontal, para o prédio sito na Rua da Praia, n.º 22 e 24, em São Bernardino, apresentado em nome de Francisco Rocha Ribeiro Correia – Pelouro das Obras Municipais; -----

----- Regulamentos municipais:-----

-----10) Regulamento de atribuição de Prémios de Mérito Desportivo a Jovens Atletas

- Proposta de revisão – Pelouro da Juventude; -----
----- Protocolos: -----
----- 11) Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Peniche e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação – Pelouro da Administração Geral; -----
----- Intervenção social: -----
----- 12) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano de 2020 – Pelouro da Solidariedade Social; -----
----- 13) Caracterização da população de Etnia Cigana, no acampamento sito na Fonte Boa, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social; -----
----- Recursos Humanos: -----
----- 14) Lista nominal dos trabalhadores contratados em regime de CTTRC - Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, CEI - Contratos de Emprego Inserção e Inserção+, Contratos de Prestação de Serviços (avenças), e CEAMA - Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto, referentes ao mês de janeiro de 2020 - Pelouro dos Recursos Humanos; -----
----- 15) Horas extra dos trabalhadores do Município, referentes ao mês de janeiro de 2020 – Pelouro dos Recursos Humanos; -----
----- Eventos de iniciativa municipal: -----
----- 16) Festival Sabores do Mar – Pelouro da Cultura; -----
----- Património municipal: -----
----- 17) Desafetação de caminho público – Arlindo Fidalgo Antunes, Cabeça de Casal da Herança de – Pelouro da Administração Geral; -----
----- Documentos previsionais: -----
----- 18) Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a dezembro de 2019, e fundos disponíveis referentes de dezembro de 2019 a janeiro de 2020 – Pelouro das Finanças Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a janeiro de 2020, e fundos disponíveis referentes de janeiro e fevereiro de 2020 – Pelouro das Finanças; -----
----- Delegação de competências do município: -----
----- 19) Substituição de trabalhador no âmbito do contrato de execução de competências delegadas – Freguesia de Peniche; -----
----- Relacionamento Institucional: -----
----- 20) Agência Portuguesa do Ambiente; -----
----- Licenciamento de atividades diversas: -----
----- 21) Licenciamento de bailes de carnaval com música ao vivo, requerido pela Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro 1902, em Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral; -----
----- 22) Licenciamento de festividades de carnaval 2020 no Clube Recreativo Penichense, solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Sebastião de Peniche e Organização da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem – Pelouro da Administração Geral; -----
----- Apoios diversos: -----
----- 23) Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, para apoio aos grupos que participarão no desfile de Carnaval de inverno – Pelouro da Cultura; -----
----- 24) Atribuição de apoio à Associação de Estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização da “Tuna ao Forte” – Pelouro do Associativismo; -----
----- Diversos: -----
----- 25) Associação de Proteção dos Animais de Peniche – Doação de terreno e de

construções, aceitação de verba e extinção do protocolo – Pelouro das Finanças;-----
-----26) Quotização/comparticipação do Município de Peniche na Comunidade Intermunicipal do Oeste, para 2020 – 1.ª Alteração – Pelouro das Finanças;-----
-----27) Pedido de plantação de árvore, apresentado em nome da Rotary Club de Peniche – Pelouro dos Espaços Verdes; -----
-----28) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Elsa Rodrigues - Pelouro da Administração Geral;-----
----- Reuniões de Câmara: -----
-----29) Realização da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de fevereiro de 2020 – Pelouro da Administração Geral. -----
----- 5.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e três minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e as quinze horas e dez minutos.-----
Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, durante a apreciação e votação dos pontos um a oito da ordem do dia, David Gonçalves e Gisela Fernandes, Técnicos Superiores de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto um da ordem do dia, Alexandra Tormenta, Técnica Superior de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto dois da ordem do dia, Leandro Martinho, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos três a quatro da ordem do dia, Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos cinco a seis da ordem do dia, Pedro Mariano, Técnico Superior de Engenharia Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos sete a oito da ordem do dia, Rui Venâncio e Marisa Ferreira, Técnico Superior de Arqueologia e Técnica Superior de Recreação, Lazer e Turismo, respetivamente, durante a apreciação do ponto dezasseis da ordem do dia. Estiveram, também, presentes, da Agência Portuguesa do Ambiente, os senhores Vice-Presidente, Engenheiro Pimenta Machado, Chefe da Divisão dos Recursos Hídricos do Oeste e Vale do Tejo, Dr.ª Catarina Patriarca, e Engenheiro Nuno Vidal, Assessor do senhor Vice-Presidente. -----

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

Foram presentes, aprovadas e assinadas as atas n.ºs 43, 44, 45, 46, 47 e 48/2019, das reuniões camarárias realizadas nos dias 09, 16, 18, 23 e 30 de setembro, e de 07 de outubro de 2019, tendo sido dispensadas as suas leituras por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Câmara. Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Câmara Municipal que estiveram presentes na respetiva reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:
- **Senhora Rute Figueiredo:**

Disse que o caso que a levava a estar ali, tinha que ver com uma casa, porque tem uma ordem de despejo, mas não tem, ainda, a data para abandonar a casa. Referiu que, uma vez que já passou um ano, chegou mais uma carta, agora com 20 dias para sair. Deu conta que não o estava a fazer por si, fazia-o pelos seus filhos, e neste momento tem uma pessoa que lhe empresta um quarto, apenas, por um mês, depois o problema é para onde ir. Disse que tinha conhecimento que não existiam casas para entregar no imediato, uma vez que já falei com a senhora Dr.^a Vanda Duarte, e o que gostaria era que a ajudassem, no sentido de encontrar uma solução. Sugeriu que lhe fosse entregue, se fosse possível, uma casa que tivesse algum trabalho a fazer, que não colocasse em perigo os filhos, que ela própria se responsabilizava em fazer as obras.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que conhecia a situação, há algum tempo, pelo que não se ria pronunciar sobre o que foi referido. Deu conta que, obviamente, a senhora Rute Figueiredo se encontrava numa situação que têm estado a acompanhar, tem um processo aberto. Conforme a senhora Rute Figueiredo referiu, o Município está a proceder à reabilitação de algumas casas, esperando que em breve, quer as casas que receberam de permuta, quer as que estão a ser arranjadas, logo que estejam em condições, sejam entregues. Referiu que foi sempre um princípio da Câmara Municipal não entregar casas sem estar devidamente tratada. Disse, ainda, que estavam atentos, caso exista a necessidade de uma medida extraordinária, seria avaliado, mas estavam a falar de um processo complexo, mas assim que haja condições para atribuição de uma casa, e caso esteja avaliada para a sua atribuição, a senhora Rute Figueiredo seria contemplada. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que, contrariamente ao senhor Presidente, não conhecia a situação, mas ficou tranquilo saber que, pelas palavras do senhor Presidente, está numa situação em que a Câmara Municipal estava a acompanhar, porque o senhor Presidente ao transmitir que está a acompanhar e que estão atentos, levava-o a crer que não cairia numa situação difícil ou, ainda, mais, ainda por cima com filhos. Por outro lado, disse que não conheciam, no concreto, quais eram as casas que estariam prestes a estar prontas, ou seja, que estão na eminência de estar em condições de entregar, pelo que solicitou que fosse disponibilizada uma informação das habitações sociais que estão disponíveis no momento e que estarão disponíveis a curto prazo. Deixou à senhora Rute Figueiredo uma palavra de esperança, porque, segundo o senhor Presidente, era uma situação que estavam a acompanhar e que a Câmara Municipal conhece e, certamente, estaria ali para a apoiar.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que, de facto, compreendia a situação dramática que a munícipe vive, uma coisa é nós estarmos sozinhos perante a adversidade, outra coisa é quando se metem filhos pelo meio, crianças que, obviamente, perante uma situação de risco são muito mais vulneráveis. Portanto, desse ponto de vista, obviamente que estava perfeitamente solidário. Referiu que ficou, também, tranquilo com a informação que foi dada pelo senhor Presidente da Câmara. Deu conta que, pessoalmente, não tinha informação do processo, mas, obviamente que era uma competência da Câmara Municipal, que está a fazer o seu trabalho, portanto, estará disponível para subscrever, imediatamente, qualquer solução de emergência, que seja preciso tomar e que lhes seja proposta pelo senhor Presidente. Disse, ainda, que não ficava tranquilo, porque a situação existe e porque existem mais situações destas e, infelizmente, não há respostas disponíveis para toda a gente, mas acreditava, sinceramente, que se estava a trabalhar nesse sentido. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Deu conta que, também, não conhecia a situação em concreto, nem a forma como tem sido tratado, no âmbito do Pelouro da Ação Social e da Habitação Social. Referiu que estava intranquilo, porque há uma ação de despejo, com data marcada, e não há uma proposta em concreto. Disse, ainda, que, uma vez que a Câmara Municipal estava a acompanhar o processo, na sequência daquilo que já foi dito pelos restantes membros da Câmara Municipal, esperava que dentro de um curto prazo o senhor Presidente possa apresentar uma proposta à Câmara Municipal, para encontrar uma solução para o problema. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Aproveitou o facto de a senhora Rute Figueiredo ter ido dar conta, à Câmara Municipal, da sua situação em concreto, naturalmente não era a única, porque a Câmara Municipal tem-se confrontado com aquelas situações, mas efetivamente só vão tomando consciência à medida que as pessoas as vão relatando. Referiu que quando o senhor Vereador Filipe Sales disse que estava tranquilo com as palavras do senhor Presidente, entendeu que estava tranquilo, porque a Câmara é uma pessoa de bem e, assim sendo, entendiam que a Câmara deveria fazer tudo para, numa situação de maior dificuldade, dar respostas procurando soluções extremas, para problemas que imediatos. Uma vez que não conhecem a situação, não poderiam fazer mais do que dizer que tomaram nota do problema, pedindo ao senhor Presidente que informe a Câmara Municipal, mais detalhadamente, sobre aquela questão em particular, e sobre as situações de habitação social no concelho. Disse, ainda, que esta é uma matéria que, há largos meses, tem solicitado ao senhor Presidente que desse conta, aos membros da Câmara, qual era o retrato dos problemas da habitação social no concelho. Referiu que era, também, para poder, naquelas situações, estar em plenitude das informações e poder ajudar de alguma forma. Disse que não poderia fazer mais do que isso, porque caberia ao senhor Presidente, com os serviços, procurar uma solução para apresentar à Câmara Municipal. Disse, ainda, que estavam inteiramente disponíveis, e nestas situações estavam interessados em que a informação viesse o mais rapidamente, para que a câmara possa dar resposta a situações de emergência. Relativamente a estas situações de emergência e de urgência, já ali fez algumas considerações que, na sua opinião, a Câmara Municipal deveria adotar, tendo uma situação transitória para quem não consegue encontrar habitação e para quando o Município, ainda, não consegue dar resposta ou não tem habitação social pronta, e estas propostas que estão disponíveis para fazer só as poderiam fazer se a informação fosse prestada. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu que a senhora Vereadora solicitou uma informação sobre este caso em concreto, tendo informado que iria ser prestada uma informação, a todos os senhores Vereadores sobre este caso. Em relação à informação da habitação social, a senhora Vereadora pediu a informação, o município levou algum tempo a dá-la, mas deu aos senhores Vereadores, pelo menos, dos requerimentos que existiam dos processos de pedido habitação. Relativamente às restantes habitações, referiu que ficaria muito feliz se conseguisse dizer quando é que os três fogos da Rua das Redes, por exemplo, que estão para arranjar há muito tempo, são arrançados, quando é que o apartamento do Bloco 8, do Bairro Vale Verde estará arrançado. Referiu que sabia que outros foram atribuídos e não estavam terminadas as obras e, também, seria muito feliz se as casas que estão na Rua 1.º de Maio, que estavam integradas na empreitada do concurso, e que a empresa, no fundo, não cumpriu com aquilo que estava no contrato, e teria que ser encontrada outra solução. Disse, ainda, que o problema é não haver capacidade para responder a todas as situações. Deu conta que os fogos, neste momento, disponíveis, tirando os do Bairro do Calvário, e teriam que conversar sobre o assunto, os restantes são todos prioritários, portanto, desde que saiam, que se faça a avaliação, a orientação que há é para intervir imediatamente. Informou que, infelizmente, nos três fogos da Rua das Redes, antiga Fundação Salazar, junto às piscinas, são situações muito

complicadas, porque as pessoas deixaram as casas em péssimas condições. Referiu que, tal como os senhores Vereadores tinham conhecimento, houve intenção da Câmara Municipal para receber as habitações sociais através da Descentralização de Competências, e o objetivo seria procurar negociar com a Administração Central a reabilitação dos fogos, que estão devolutos há muitos anos, particularmente no Bairro de Santa Maria e Bairro da Prageira, para poder atribuí-los a quem necessita. Deu conta que foi aprovada a representação da Câmara Municipal, em termos técnicos, para negociar este processo, e serão as senhoras Vereadora Ana Rita Petinga e a Assistente Técnica Sónia Leal, pelo menos nesta 1.ª fase, iniciou-se a elaboração da estratégia para a habitação do concelho de Peniche, porque não tem apenas que ver com a habitação social, que será executada, até porque, posteriormente, irão, com toda a certeza, apresentar aos membros da Câmara Municipal uma proposta de intervenção geral na habitação, nomeadamente, em relação ao Bairro do Calvários, aos ditos acampamentos, e relativamente às casas que, nesta 1.ª fase, irão receber dos principais bairros, na fase seguinte teriam que negociar, obviamente que a informação correspondente será partilhada, porque são bairros que, ainda, têm empréstimos a decorrer, e a Secretaria de Estado da Habitação não aceita que os bairros sejam transferidos sem explorar, devidamente, a situação financeira do Município e as condições, para fazer o pagamento daquelas habitações. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Saudou o facto de o senhor Presidente ter dado nota sobre o que está a elaborar para apresentar à Câmara Municipal uma estratégia de habitação para o concelho, percebendo-se que o trabalho já iniciou. Disse que o diagnóstico, que já existe, era importante, porque não conseguiria ajudar com proposta se, atempadamente, não o conhecer. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o propósito seria terminar o diagnóstico, para que entre todos possam discutir qual seria a estratégia do Município para os próximos anos. Referiu que, em relação ao Bairro do Calvário, na sua opinião, não valeria a pena estar a investir em casas que são praticamente irrecuperáveis. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Referiu que, em parte, foi dada a resposta àquilo que iria suscitar. Mais do que decisões, no âmbito da habitação social, a Câmara Municipal precisa tomar decisões, no âmbito de uma política social de habitação, porque dentro das necessidades de habitação que existem, é necessário estabelecer critérios muito objetivos e claros sobre a priorização das necessidades, de maneira a que a oferta de habitação que existe, que é escassa, sirva os mais necessitados, e isso passaria por uma discussão mais aprofundada. Na sua opinião, o Município tem que tentar, no futuro, estar sempre preparado para situações de emergência, o que implicaria uma leitura diferente daquilo que é o parque habitacional. Saudou a intenção do senhor Presidente em apresentar propostas concretas neste domínio, porque se deve discutir uma matéria que é de importância indiscutível. Referiu que, na sua opinião, a Câmara Municipal teria que ter sempre uma atenção especial para as pessoas que, por uma razão qualquer, estão em vulnerabilidade, e a habitação é praticamente a referência central da fruição dos direitos, porque é a partir dali que o resto se constrói. Disse, ainda, que precisavam de trabalhar muito uma política social de habitação e deixar para trás aquilo que chama de política de habitação social. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Como já referiu, não era apenas na vertente social que a estratégia iria ser delineada, tinha, também, que ver com a política de habitação para o concelho. Disse que existe uma circunstância

que, na sua opinião, agravou a situação no nosso concelho e noutros, que tem que ver com o alojamento local. Referiu que a opção que houve, por muitos proprietários de habitações, para as transformar em alojamento local, acabou por agravar e diminuir o mercado de habitação em Peniche. Disse, ainda, que, na sua opinião, dentro de algum tempo, a situação poderá inverter-se, e uma das razões tem que ver com outras realidades que vão surgir, nomeadamente a construção de hotéis, logo uma parte do mercado do alojamento local, provavelmente, poderá ser transferida. Para além do alojamento local vai havendo, também, outro tipo de investimento, dentro do mesmo, mas mais exigente. Disse que, independentemente disso, teriam que partir de uma realidade, a partir do diagnóstico, seria presente uma proposta para ser analisada e avaliarem por todos, dando os seus contributos. -----

Senhora Solange Lima:

- Referiu que fez um pedido à Câmara Municipal, no dia 13 de janeiro, para poder colocar uma roulotte durante o Carnaval. Deu conta que foi contactada, na sexta-feira, que lhe disse que estava impedida de ocupar o local que tinha solicitado, mas que poderia ser colocada em outro local. Referiu que lhe respondeu que o pedido já tinha mais de um mês, e que não era agora que lhe dariam aquela resposta, porque não tem eletricidade, e para pedir luz teria que o fazer com 15 dias de antecedência. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que teria que averiguar, porque razão a resposta lhe foi dada na semana passada. Referiu que este ano não existe permissão para colocar roulettes no Campo da República, porque o curso parte da Ribeira Velha, logo, o que deveria ter sido, provavelmente, verificado, inclusive com a Docapesca, que é a entidade que tem competência na matéria, uma alternativa para que a senhora Solange lá pudesse colocar a roulotte. -----

Senhora Solange Lima:

- Disse que, o facto de ter tido uma resposta tardia, deixou de ter opção. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que existiu um erro da parte da Câmara Municipal, que assumia, que teria que avaliar. Referiu que iria procurar saber se seria possível, ao invés de colocar a roulotte no Campo da República, a colocar na Ribeira Velha, que é o princípio do curso. Disse, ainda, que teria que ser colocada a questão à Docapesca e aos serviços, mas pensa conseguir aquela solução. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que subscrevia a alternativa do pelo senhor Presidente. Foi referido, e com razão, que há responsabilidade da parte da Câmara Municipal, por não se terem pronunciado oportunamente, pelo que a Câmara Municipal se responsabilizará em encontrar uma alternativa. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que já foi tudo dito, mas numa situação destas, apenas teriam que se empenhar na procura de uma alternativa. Referiu que se for na Ribeira Velha será uma melhor alternativa uma vez que a concentração será naquele local. Subscreveu a proposta do senhor Presidente. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Deu conta que falou, na semana passada, com o Técnico Superior, Marco Dias, e estava previsto a senhora Solange ir para perto dos Bombeiros Voluntários. -----

Após o período de intervenção do público, o senhor **Vereador Filipe Sales** apresentou, verbalmente, a seguinte declaração:-----

«Permitam-me que, ao abrigo do que se costuma designar por defesa da honra, traga hoje aqui à colação as declarações feitas pelo Presidente da Câmara na minha ausência, em processos no qual eu sou visado como munícipe, porque também me procurou atingir como vereador.

Vou tentar cingir-me àquilo que são as questões relacionadas com a minha atividade como vereador e escusar-me a debater as atitudes persecutórias de que considero estar a ser alvo. A essas, se necessário for, terei de voltar mais tarde.

Dito isto, eu esperava não ter de fazer esta intervenção. Contudo, face à gravidade das suspeições que foram aqui levantadas, não me resta outra opção.

O problema é que se é normal que os processos administrativos tenham vicissitudes – e aliás, sabêmo-lo bem porque os processos passam por estas reuniões – as vicissitudes do meu processo parecem ser especiais, apesar de ele cumprir escrupulosamente a lei e os regulamentos municipais em vigor.

Mas têm servido sobretudo para o Presidente da Câmara usar o assunto como arma de arremesso político, fazendo deste assunto pessoal uma luta política contra a minha pessoa, na tentativa de fazer combate àquilo que são as funções e a minha prestação enquanto vereador em regime de não permanência.

Demonstro hoje a minha total indignação, em especial pelas insinuações caluniosas relativamente à minha pessoa, proferidas neste órgão pelo Sr. Presidente de Câmara nas últimas semanas.

É igualmente gravoso formular juízos lesivos da honra de outras pessoas, como concretizou relativamente a alguns técnicos desta Câmara Municipal, nomeadamente da DPGU, que em 2018 elaboraram, a seu pedido, o Estudo de alinhamentos da Estrada dos Remédios, atualmente em vigor, procurando agora alterar esta situação em prejuízo apenas da propriedade que agora é minha.

Porque a imputação de factos ofensivo à honra não podem nem devem ser forma de atuar da Administração num Estado de Direito, entendo intervir hoje excecionalmente neste tema, para desta forma exercer o direito de defesa da honra, conforme alude o n.º 5 do artigo 48º da Lei das Autarquias Locais (Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Clarifico as acusações e insinuações de que sou alvo, conjuntamente com a senhora Arquiteta Eteelvina Alves, e para isso também cito (transcrevendo das gravações da reunião de Câmara) o Sr. Presidente da Câmara.

No dia 18 de novembro de 2019, aquando da apreciação do processo 1091/19, referente a um pedido de alteração e ampliação de moradia unifamiliar em nome de Inês Chaves Nunes de Matos Sales, o Sr. Presidente, Henrique Bertino disse, e passo a citar:

“Em relação a este processo, portanto e até para clarificar e ficar registado que é isso que eu entendo deste processo, quando me deparei com a questão do alinhamento, penso que há um erro de avaliação da parte técnica quando propôs, o ano passado, este alinhamento, independentemente de depois podermos procurar avaliar porque é que isso aconteceu, que a técnica não está ao serviço.

O que eu me incomodou foi o facto de a partir de Vila Maria, no lado direito, há sempre passeio até à Travessa da Fialha, e depois há esta propriedade, e a seguir a esta propriedade está previsto, também, passeio até à casa do Nuno, e por aí fora. Até porque o alinhamento anterior que foi aprovado no ano passado, o propósito tinha muito a ver com aquela zona que está um bocadinho estrangulada em frente às habitações novas, penso que devia, e nessa altura devia ter havido um cuidado maior em termos de passeios.

(...)

Com certeza que eu sou, eu não vou adjectivar, com certeza que sou o principal responsável por aquilo que aconteceu com aquele plano de alinhamento, agora deixe-me que lhe diga, que era uma responsabilidade minha. Se eu não visse? não via! e tenho tido muitas distrações e vou continuar a cometer muitos erros, abençoados aqueles que nunca comentem nenhuns erros e que fazem tudo perfeito, eu não consigo, e depois também tenho o propósito de confiar, nomeadamente nos técnicos da câmara, até prova em contrário.

Agora, eu diria, eu ficaria mal com minha consciência a partir do momento em que eu detetei uma situação que não acho justa, não é adaptável àquele arruamento a falta de passeio naquela propriedade não faz qualquer sentido (...) Se eu estive distraído? Provavelmente estive! Alias estive toda a câmara! Também não sou eu único que conheço a Estrada dos Remédios! Esteve toda a câmara!! Não é!? A responsabilidade sou eu que trago as propostas? Obviamente que sim, e assumo isso.” (Fim de citação).

Ora o processo n.º 1091/19 foi neste dia aprovado por unanimidade, por cumprir com as disposições regulamentares aplicáveis, onde se inclui, naturalmente, o alinhamento em vigor para local aprovado a 5 de fevereiro de 2018.

Mais tarde, no dia 13 de janeiro de 2020, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a apreciação de um novo Estudo de Alinhamentos para a Estrada dos Remédios, em Peniche, onde volta a afirmar, em resposta, o seguinte e passo a citar:

“Como deverá perceber, isto é para procurar retificar uma situação que nunca devia ter acontecido, e que eu mais tarde vou procurar saber porque é que aconteceu, se tenho algumas culpas no cartório, porque eu distraído estava, e já assumi, mas para mim não faz sentido, não faz sentido, aliás este processo até tinha antecedentes, e eram claros, e depois eu fui vê-los, não faz sentido que a Estrada dos Remédios toda está prevista um passeio do lado direito, e desde o ano passado passou a deixar de estar previsto naquela propriedade, foi só isso, é só isso, por isso é repor essa situação.

Provavelmente até deveria ter feito uma declaração, mas vou aproveitar daqui a algum tempo para fazer, uma declaração sobre este processo e sobre estes acontecimentos sobre aquela propriedade, e sobre o processo em si. Não tenho dúvidas nenhuma que vou fazer!

A proposta é no sentido de auscultar os senhores vereadores para alterar, para retificar aquilo que foi aprovado o ano passado, porque aquele alinhamento deveria ter permanecido ali no estudo da Estrada dos Remédios, na minha opinião.” (Fim de citação).

Ora, deste conjunto de citações antes transcritas, resulta a afirmação do Sr. Presidente de que o Estudo de Alinhamentos aprovado a 5 de fevereiro de 2018, foi elaborado pelos serviços desta Câmara Municipal sob a instrução de outros que não o Presidente de Câmara, insinuando que eu próprio o teria feito.

Na prática insinua que eu teria, juntamente com os técnicos municipais, “combinado” aquela solução, aquela proposta, aquando do Estudo de Alinhamentos de Fevereiro de 2018, e por isso insinua que vai querer “avaliar porque é que isto aconteceu”, e conforme afirma vai fazer uma “declaração sobre este processo, sobre estes acontecimentos, e sobre aquela propriedade”.

Ora, importa lembrar que em fevereiro de 2018 aquela propriedade não estava à venda, nem se conhecia – pelo menos eu não conhecia – essa intenção por parte da anterior proprietária, que aliás acabou por colocar a propriedade à venda cerca de um ano depois, através de uma agência imobiliária.

Adquiri aquela propriedade – um terreno urbano – em julho de 2019, pelo valor de 150.000€, para ali vir a habitar com a minha família. A propriedade tem edificada uma casa de habitação que pretendo ampliar e foi esse o motivo da entrega do processo administrativo atrás referido. Refiro o valor pelo qual comprei aquela propriedade, porque nada tenho a ocultar sobre este processo (considero até, e isto é um aparte, que todos os membros da Câmara Municipal deveriam tornar públicas as suas declarações de rendimentos e de património).

As afirmações e insinuações relatadas nos últimos meses, aqui transcritas algumas delas, não colocam só em causa a minha honra e a minha seriedade, como também, inevitavelmente, coloca em causa a honra e o bom nome dos técnicos que servem esta instituição.

É por isso que me vejo obrigado a dar uma especial atenção a todo o enquadramento desta situação, porque se o Sr. Presidente da Câmara diz que vai avaliar e vai procurar saber porque é que isto aconteceu, como referiu; se pretende fazer declarações sobre este processo e sobre estes acontecimentos, sobre aquela propriedade, como referiu; e se vai continuamente afirmar, como já o fez em diferentes momentos, que isto só aconteceu porque o Sr. Presidente estava distraído, chegando mesmo a afirmar que não era o único distraído, que todos os membros da Câmara estavam distraídos. Está no seu direito de o fazer! Está no seu direito de o avaliar, de declarar, mas desafio a exercer os seus direitos sem amesquinhar os direitos dos outros, e fazendo na base da total transparência.

Ora, atendendo a que as reuniões de Câmara felizmente são gravadas, podemos hoje, dois anos depois, provar que o Sr. Presidente não estava distraído, como afirma! Não estava distraído, estava aliás muito consciente daquela tomada de decisão em fevereiro de 2018. Estava muito consciente, porque fez força para que aquela fosse a solução!

Senão é assim, vejamos:

Recuando um pouco atrás do dia 5 de fevereiro de 2018, concretamente ao dia 29 de janeiro de 2018, uma semana antes, a equipa técnica da DPGU veio à Câmara Municipal apresentar o referido estudo de alinhamentos.

A Arquiteta Etelvina Aves fez uma intervenção detalhada sobre a proposta, sobre os objetivos (também referidos na memória descritiva do estudo), tendo inclusive apresentado os troços do alinhamento a diferentes escalas, com a aproximação devida a diferentes pormenores, como áreas de cedência, passeios e passadeiras.

Da intervenção da arquiteta interessa aqui referir a seguinte citação:

“Por fim só apresentar a outra escala o dito troço para a sua ligação a este largo (junto à travessa da Fialha), que depois com a execução (do novo arruamento a sul) podemos ter aqui na Estrada dos Remédios apenas um só sentido, neste momento garante os dois sentidos...”

Disse ainda:

Esta é a área em que teremos que fazer assim uma relocalização do muro existente para garantir um metro e meio. Temos aqui uma área contabilizada, de apenas um artigo, este caso, uma área de 169 metros (referia-se ao muro contíguo à minha propriedade, o único em que o estudo propôs a relocalização).

Continuou:

“Para melhorar a circulação neste local, dada a proximidade dos muros, porque os seis metros estão garantidos, da quina do muro ali, e temos aqui outra situação em relação a estas moradias que são pequenos passeios com cerca de meio metro, e temos aqui outro que é um pequeno acerto de um muro que já existe, e estava a pensar relativamente a esta situação era que houvesse pinturas da estrada...”

O Sr. Presidente da Câmara após algumas considerações genéricas passou a palavra aos restantes membros da Câmara.

A minha colega Cristina Leitão perguntou como seria cedida ao município as áreas previstas a integrar o domínio público, tendo primeiramente a arquiteta Etelvina dito que dentro do troço que estamos a trabalhar foi aquele que conseguimos, de mínimo, ter que haver um recuo de muros. Não sei, depois desta aprovação é que decidirão como é que vai entrar em negociação com este proprietário”, referindo-se a arquiteta à proposta única de cedência dos tais 169 m². Seguidamente o Sr. Presidente disse que o intuito era chamar o proprietário para conversar e ver qual a solução, afirmou ainda que “penso que não vai sair barato à câmara, porque será a câmara

que irá construir o muro, mas temos de encontrar soluções, não podemos é continuar a adiar uma situação que anda a ser adiada há muitos anos.”

A minha colega Cristina continuou a sua intervenção pedindo para que os membros da Câmara se deslocassem ao local, por forma a avaliar a situação concreta.

Na sua opinião a proposta de alinhamento não garantia a melhor solução, e frisou: “Eu tenho apenas uma dúvida, grande (...) com esta intervenção, podemos resolver um problema de os peões ali circularem de forma mais segura, mas certamente acrescentamos um problema quando fazemos circular os automóveis, (...) junto a um muro, que na sua grande maioria tem dois metros de altura”.

E continuou: “Há ali um troço que é preocupante no ponto de vista da circulação rodoviária, (...) não sei se não era de ponderar outras situações e, no fundo, garantir o passeio nos dois lados, por eu sinto-me com alguma dificuldade em viabilizar uma intervenção em que resolvo um problema e mas agravo outro. Não sei bem se a solução não passará por ir um bocadinho mais além, uma vez que estamos a mexer nisto, e há aqui uma série de muros que se permitem também voltar a refazer em outro local. (...) para depois não sermos todos confrontados, quando a obra estiver feita, que permitimos uma faixa de rodagem junto ao muro.”

O Vereador Rogério Cação, respeitante a estas preocupações sobre a existência de muros sem passeio, referiu que era sensível aos argumentos, mas considerou que sendo uma obra urgente o melhor mesmo era minimizar o problema dizendo: “Uma coisa que ali falta muito é a marcação da estrada, na minha opinião”.

Em resposta, o Sr. Presidente diz o seguinte: “O que me oferece dizer é que nós naquela estrada temos não sei quantas situações de muros que estão ali sem passeios, e mesmo cá mais abaixo, falando no sentido de ir para o Largo dos Remédios, ali em Vila Maria, existem situações em que há passeios de um lado e do outro, mas há e existem passeios que só há no lado direito e não há no lado esquerdo, que no fundo é ali a solução proposta. (...) Agora esta aqui podemos concertar esta opção, que na minha opinião é viável, e onde a via está estrangulada, tanto do lado direito como do lado esquerdo ir estudando as hipóteses para ver o que é possível. (...) De qualquer forma, acho que é melhor uma boa solução, não sendo uma ótima solução”.

Ora para terminar a minha intervenção, aconselho que todos possam ouvir a gravação deste dia 29 de janeiro de 2018, intervenções que na integra junto em anexo, para melhor se entender o que aqui já fica bem evidente, a saber:

- A Câmara Municipal discutiu este assunto com detalhe, com bastante detalhe, ao contrário da ideia que o Sr. Presidente quer agora passar.

- A Arquiteta Etelevina Alves, apresentou várias peças desenhadas, vários troços, a diferentes escalas, onde era bem visível a situação concreta daquele muro, que hoje faz parte da minha propriedade.

- Foi portanto bastante escrutinada a situação daquele muro – situação, aliás, que configura uma alteração ao plano de alinhamentos que antes estava em vigor, que salvaguardava o muro!

- Aliás na discussão é manifesta a preocupação da minha colega Cristina relativamente ao facto deste estudo estar a propor a manutenção de muros que na sua opinião deviam recuar. Refere mesmo o muro com 2 metros de altura, que deveria ser equacionada a sua realocação neste estudo de 2018.

- Em resposta o Sr. Presidente justificou a solução por si proposta dizendo que naquela estrada há uma série de situações de muros que estão sem passeios, concretizando o caso em apreço, e reafirmando que aquela era a solução que para ali se propunha.

- Relembro ainda que eu e a minha colega Cristina solicitámos a ida ao local, para melhor compreensão do que o Sr. Presidente estava a propor. Sabemos quais as questões que levantámos, especialmente a minha colega, relativamente à vontade do Sr. Presidente em manter duas situações de muros existentes: num dos casos por o muro apresentar condições de salubridade; e

no outro, por ser um muro com uma determinada antiguidade que não justificava dada a ótima condição de conservação, e pelo facto do local não ser estrangulado porque se apresentava em frente a um largo.

- O Sr. Presidente sabe bem a força que fez para aprovar esta solução de 2018, contrariando até o estudo de alinhamento em vigor desde 2008, referindo que se tratava de uma boa solução não sendo uma ótima solução.

Ora, em jeito de conclusão, quero apenas dizer que a Câmara Municipal não estava distraída! Nenhum dos membros desta Câmara esteve distraído, ficando aliás claro das intervenções de todos (que se anexam) que todos tinham consciência daquilo que foi a proposta de 2018. Quem tem hipótese de ouvir a gravação do dia 29 de janeiro de 2018 fica manifestamente esclarecido no que respeita ao facto do Sr. Presidente da Câmara não estar distraído!

Se antes o Sr. Presidente considerou que só os muros que não estavam em boas condições e só os locais estrangulados deviam obrigar a relocalizar os muros, tendo todo o estudo sido concretizado nesse pressuposto, estranho agora que o único problema seja aquele muro que, para o Sr. Presidente, nunca foi um problema, e que a única diferença que tem hoje para 2018 é só mesmo um novo proprietário.

Por isso mesmo, é lamentável que prossiga reunião após reunião, com as considerações, insinuações e afirmações, relativamente à minha pessoa, relativamente aos técnicos desta autarquia, sabendo que aquilo que tem feito nos últimos meses serve apenas para me atingir pessoalmente, criando conflitos vários ao nível do processo administrativo, mas acima de tudo criando um caso político com contornos duvidosos para denegrir a imagem dos seus adversários, porque de outra forma parece não saber trabalhar. Infelizmente tem dado muitas provas disso. Enquanto autarca, lamento profundamente.

Só quero manifestar à Câmara Municipal esta indignação, dizendo aqui expressamente que nada tenho a esconder sobre este processo, quero aliás que seja muito transparente e que a justiça seja feita, num pedido de desculpas, a quem desta situação sai lesado. Mais informo, como já o fiz em sede do processo administrativo, que estou disponível para negociar com a Câmara Municipal a situação concreta do muro da minha propriedade, assim haja vontade desta edilidade e, concretamente, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Henrique Bertino.» -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não iria fazer muitas considerações, mas não conseguia perceber qual era o manifesto interesse em estar todos os técnicos presentes. Entendia que seria uma procura, na senda do que se tem verificado desde o início do mandato, de destabilização da parte técnica deste Município. Disse, ainda, que iria ouvir, mas independentemente de ouvir o que disse e das convicções que poderá ter expressado naquelas reuniões, está convicto que foi uma má decisão, e nada tinha que ver com o atual proprietário, foi mal analisado, tal como outras que existem que podem ter sido mal analisadas. Disse que foi feio uma consideração efetuada por um colega da bancada do Partido Social Democrata, que veio em substituição, que insinuou que ele próprio defendeu aquela solução, porque tinha estado interessado naquela propriedade. Subscreeveu praticamente todas as citações que fez em relação a si próprio, assumia inteiramente, mas não é daqueles que nunca erra, reafirmando que se o esteve a defender convictamente errou. Referiu que aquele era um processo muito incómodo, que, provavelmente, ainda irá ocorrer muita coisa. Disse que nada o movia, pessoalmente, ao senhor Vereador Filipe Sales, nem em relação àquela propriedade. Referiu que iria responder, logo que tivesse tempo, para que fique em ata. Relativamente à senhora Arquiteta Etelvina, disse que na altura própria falaria com a ela, porque não quer deixar aquele processo em claro, e é preciso compreender porque é que há situações que acontecem. Espera que futuramente os Técnicos do Município possam ajudar a não cometer erros, nomeadamente ele próprio. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Informou que reuniu, na semana passada, com as Infraestrutura de Portugal, a propósito das EN 114, EN 247 e o IP6, nomeadamente, em relação às intervenções no asfalto, mas, também, questões de segurança e de iluminação em vários pontos do troço do IP6, mas particularmente entre a Rotunda de Porto de Lobos / Peniche, e questões de sinalética na zona de saída de Atougua da Baleia / Lourinhã. Deu conta que aquela entidade está com grandes problemas de orçamento, mas registaram as situações. Referiu que lhes manifestou a preocupação da EN 247, particularmente as bermas, e do troço de Geraldês e Bufarda, tendo sido assumido que iriam considerar, no IP6, particularmente na saída Lisboa ou Leiria. -----
- Referiu que reuniu com o novo Comandante da GNR, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atougua da Baleia e com o senhor Comandante da Proteção Civil, relativamente a questões de segurança da freguesia. Disse que iriam continuar a falar e a procurar agir em algumas questões que os preocupa. -----
- Deu conta que solicitou uma reunião com a PSP com o mesmo propósito e por alguma instabilidade. -----
- Disse que durante esta semana se realizou a reunião de mapa de trabalhos com as Junta de Freguesia. Referiu que, provavelmente, na próxima reunião de Câmara, seria presente o resultado da avaliação. -----
- Deu os parabéns à BTOC, pela realização da conferência que, na sua opinião, foi interessante e construtiva, obviamente para as empresas presentes. -----
- Informou que, durante esta semana, terá uma reunião com o senhor Secretário de Estado de Ordenamento e Conservação da Natureza, nomeadamente a propósito da Berlenga, da portaria e das posições que a Câmara Municipal assumiu, mas, também, com o propósito de o sensibilizar, ainda, para a possibilidade de haver alguns investimentos no nosso concelho, que possam ter a ver com Contratos Interadministrativos a celebrar com a Agência Portuguesa do Ambiente. -----
- Referiu que, esta semana, iria ser realizada a primeira reunião para Descentralização de Competências da zona portuária, e em função da mesma dará a informação ao executivo municipal na próxima reunião de Câmara. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Deu conta que a Associação Patrimonium solicitou uma carta de apoio para se poder candidatar ao EEA Grants, com o projeto designado “Ocean Wheels”. Referiu que a candidatura tem que ser entregue até 28 de fevereiro. o prazo apontava para março. Disse que se tratava de um projeto que teriam que desenvolver junto das escolas, e tem como objetivo a criação de veículos, onde 70% do material usado no seu fabrico tem que ser reciclado e não pode ter nenhum tipo de combustível fóssil, ou seja, terão que utilizadas energias renováveis na locomoção do veículo. Disse, ainda, que faria chegar a todos os membros da Câmara Municipal o email. -----

Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Petinga:

- Informou que foi identificado um fóssil dinossauro, na Praia de Almagreira. Referiu que já existiu investigação do local, pelos senhores Dr. Alexandre Audi Gandhi e Dr. Bruno Pereira, em representação do GEAL, esteve, também, o senhor Comandante da Proteção Civil, a Dr.ª Silvia Santos, do Gabinete da Cultura do Município de Peniche, alguns elementos da Polícia Marítima e

do Serviço de Higiene e Limpeza do Município de Peniche, senhor Humberto Machado. Deu conta que o fóssil se encontra coberto por uma camada de areia, e está previsto, em maio, fazer um estudo para verificar o seu estado e uma possível extração, através de técnicos membros do GEAL, quer de elementos da Câmara Municipal de Peniche. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Perguntou que tipo de estruturas hoteleiras estavam previstas para o concelho de Peniche.-----
- Relativamente às questões de segurança em Atougua da Baleia, disse que existe a questão da passagem hidráulica, junto à empresa Horta Pronta, e segundo o relatório que receberam, após a inspeção de obras de arte, que lhes diz que aquela passagem na Rua dos Canteiros está insuficiente e risco, perguntou o que se perspetivava de medidas. -----
- Em relação à arriba do Frei Rodrigo e da circulação automóvel naquele local, perguntou como estava, em termos de permuta, para a concretização da nova via. -----
- Relativamente aos horários dos bares, no Baleal, solicitou que o assunto fosse agendado, tendo em conta a discussão que a Câmara Municipal fez, à data, em que solicitaram algumas medidas adicionais. -----
- Em relação à questão da época Balnear, perguntou que medidas vão ser adotadas. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação aos hotéis, disse que, um deles, tem estado a acompanhar em conjunto com os serviços técnicos, o Edifício Luís Correia Pacheco. Referiu que a média é de 80 quartos, 4/5 estrelas. -----
- Relativamente à passagem hidráulica, referiu que deu orientação para verificar se a empresa que fez o levantamento poderia fazer o projeto de execução e qual o valor do projeto. Disse que o pretendia fazer todos os projetos de execução daqueles que sejam prioritários. Disse, ainda, que o objetivo seria fazer o projeto de execução para a ponte e, também, o plano de alinhamento e de requalificação daquela estrada.-----
- Em relação à arriba do Frei Rodrigo, disse que enviou, ontem, um email para o setor de concurso, para ver se seria possível avançar com o projeto execução, porque pretende falar com o senhor Secretário de Estado sobre o assunto. Sobre a permuta, disse que estava a aguardar a melhor oportunidade, dando conta que já falou com o proprietário. Referiu que pretendia clarificar a questão dos Dominginhos. -----
- Relativamente aos horários dos bares, no Baleal, deu conta que reuniu com a Dr.^a Ana Cláudia Guedes, a propósito de várias situações, nomeadamente os regulamentos que estão quase concluídos, e um deles é o dos Horários dos Estabelecimentos Comerciais. Referiu que existia um problema de entendimento, que em termo de avaliação, não está previsto no regulamento autorizar para além das 02h00, tendo dito que não, que se deveria procurar estabilizar nas 04h00. -----
- Sobre as praias, disse que o concelho teria que mudar devido à Decentralização de Competências, mas, também, devido ao desenvolvimento que o concelho está a ter, é necessário terem um olhar diferente para a gestão das praias. Referiu que não há um relatório, porque, objetivamente, não existe ninguém responsável pela gestão das praias, em termos técnicos, mas, na sua opinião, terá que haver. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Congratulou-se com uma notícia recente, segundo a qual Peniche, é o segundo concelho do Oeste, com melhor média por habitante ao nível da reciclagem do lixo. Disse que ficava satisfeito, e o objetivo seria ficar em primeiro lugar. -----
- Referiu que num outro estudo, publicado no Jornal de Negócios, ficou preocupado, porque o preço da habitação em Peniche é dos mais caros de toda a Região Oeste. -----

- Disse que a Câmara Municipal de Sines solicitou aos munícipes que identificassem pessoas que aparecem em fotos antigas, com base num processo sistematizado de recolha e classificação de património identitário. Referiu que se tratava de uma boa prática que, se pudesse ser feita no nosso Município, lhe faria todo o sentido. -----
- Saudou a comemoração do 8.º aniversário do CEAB. -----
- Reiterou o pedido para a colocação de uma placa informativa na Nau dos Corvos. -----
- Relativamente à época Balnear, disse que era extremamente importante que se refletisse, numa dimensão multidisciplinar, aquilo que é o início da próxima época balnear, não só ao nível do funcionamento das praias, da segurança e da limpeza das praias, mas ao nível de todo o tipo de incentivos, que é preciso garantir. Falava de bibliotecas de praia a outro tipo de iniciativas que pudessem ser levadas a efeito, e que fizessem com que as praias de Peniche fiquem mais atrativa.
- Sobre o material de informação turística, disse que, na sua opinião, existe pouco e com pouca qualidade. Perguntou se já foi feita alguma coisa ou o que se estava a pensar fazer. -----
- Perguntou se havia previsão para a apresentação do organograma. Disse que se tratava de um documento bastante importante que deveria, com a máxima urgência, ser discutido na Câmara Municipal. -----
- Sugeriu que todos lessem o relatório sobre a estratégia Portugal 2030. Disse que é um relatório feito com base em avaliações, com vários painéis, que tem uma avaliação do que foi o 2020 e uma projeção do que será o 2030. -----
- Apresentou uma saudação ao Dia Mundial da Justiça Social, que se comemora do dia 20 de fevereiro, reforçando a ideia de que cada vez mais, naquilo que são as decisões e orientações que tomam, se deve promover, na prática, as condições para que possa haver verdadeiramente uma justiça social. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Sobre a reciclagem, agradeceu a todos os colaboradores e técnicos do Município, que fazem um grande esforço, mas, na sua opinião, podem ser melhores. -----
- Relativamente aos valores da habitação, disse que era verdade. -----
- Em relação à placa na Nau dos Corvos, referiu que fez, novamente, uma informação. -----
- Sobre as praias e os incentivos, disse que existiam iniciativas interessantes, da organização municipal, em relação a atividades junto às praias, particularmente, do Baleal, do Molhe Leste e Supertubos. Referiu que iria solicitar uma informação sobre o que tem sido feito, o que podem fazer para contribuir a melhorar. -----
- Em relação à informação turística, disse que têm estado a trabalhar, mas terão que melhorar, elaborando algumas brochuras que tenham que ver com a nossa história e com as nossas gentes. -
- Sobre o organograma, disse que esperava levá-lo a reunião de Câmara, provavelmente, em março.

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Referiu que solicitou, na semana passada, que fosse disponibilizada uma cópia da apresentação efetuada pelo Dr. Rui Venâncio, que até à data não chegou. -----
- Relativamente ao Bairro do Calvário, disse que para além da recuperação das casas, há uma série delas fechadas. Apesar de ter sido solicitado pela senhora Vereadora Cristina Leitão uma informação global, solicitou, também, o número de fogos que a Câmara Municipal dispõe e os que estão, ainda, fechados ou que necessitam de recuperação. -----
- Solicitou que o senhor Dr. Paulo Faria, relativamente ao San Pedro de Alcântara, prestasse informação da situação em que este processo se encontra. -----
- Relativamente à Nau dos Corvos, disse que percebeu que não há ainda da parte do LNEC, um dia para fazer a avaliação, em relação ao maciço rochoso, e isso preocupa-o, porque estamos no final de fevereiro, e vai manter-se a mesma situação do ano passado. Referiu que não seria bom

para Peniche, e não falava do ponto de vista da concessão, mas sim do ponto de vista da utilização daquele espaço e do terraço e não seria aconselhável, na sua opinião, que se passasse o verão naquela situação, deveria ser feita alguma intervenção.-----

- Em relação ao Plano Estratégico, disse que, ainda, não estava definida uma data para se poder abordar o plano, fazer uma discussão com algum tempo e com alguma minúcia escalpelizarem o Plano Estratégico. Chamou à atenção para a necessidade que há para marcar uma data para esse efeito. -----

- Referiu que, há já algum tempo, solicitou uma informação sobre o número de lojas que estavam fechadas no Mercado Municipal. Percebeu, na altura, que o senhor Presidente da Câmara pensa em não intervir sobre esta matéria, até que haja uma recuperação no Mercado Municipal. Disse que isso poderia levar muito tempo podendo, inclusive, ultrapassar este mandato, e não sabe se fazia sentido dar essa ideia, do ponto de vista público, que a Câmara Municipal, aquilo que produz, as suas regras são coisas para não levar a sério, porque existe um Regulamento do Mercado Municipal, existem cinco lojas, neste momento, fechadas, e não fazia sentido que as coisas sejam assim, sob pena de ninguém acreditar naquilo que a Câmara Municipal. Referiu que, na sua opinião, deveriam tomar uma decisão, relativamente a este assunto, podendo colocar as lojas por prazos limitados, mas estarem fechadas não abonam a favor de nada, nem da Câmara Municipal nem da atividade que o mercado deve exercer.-----

- Referiu que viu a informação sobre a recolha seletiva, que é importante, porque estamos no conjunto dos Municípios do Oeste, no segundo lugar do ranking da recolha seletiva, e poderia ser melhor, caso fizessem alguma coisa nesse sentido, mas nunca houve uma medida para que isso acontecesse.-----

- Disse que colocou a questão, na semana passada, no sentido de saber se já existe alguma proposta da senhora Fernanda Garcia, relativamente ao pagamento das rendas em atraso, do terreno que está alugado, na Prageira, que não está a ser pago desse 2013. Perguntou se, da ultima reunião que foi efetuada, se já existe uma proposta. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao Bairro do Calvário, disse que na próxima reunião seria capaz de dar a informação dos fogos que estão devolutos e que estão para intervir. Referiu que daria informação de todos os bairros, Fundação Salazar, Fernão Magalhães, Coosofi e Vale Verde. -----

- Sobre o processo *San Pedro de Alcantara*, disse que iria solicitar.-----

- Relativamente à Nau dos Corvos, disse que era necessário fazer a avaliação, que está contratada há algum tempo, que segundo a informação dada, seria feita logo que as condições meteorológicas permitam. Referiu que fazer a intervenção no edifício, segundo a informação que consta no primeiro relatório, teriam que gastar mais de duzentos mil euros na sua recuperação, pelo que é necessário aguardar pela avaliação. Disse, ainda, que existem duas evidências, caso haja uma informação que coloque em causa a estrutura onde assenta o edifício, teria que começar a trabalhar, com a APA, numa solução de outro edifício, mais recuado, caso a informação seja positiva, garantindo que se pode manter aquele edifício, iriam, rapidamente, fazer o projeto de execução para o reabilitar, independentemente da questão que têm com o concessionário. Referiu que não era plausível, este ano, ter o restaurante a funcionar, porque mexer num edifício sem garantia seria um risco.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que não se referiu à concessão, referia-se ao estado de abandono em que aquilo se encontra.

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao documento estratégico 2030, disse que poderiam marcar para discutir o assunto, para a reunião do dia 9 de março, esperando que sejam apresentados contributos. -----
- Relativamente ao Mercado Municipal, deu conta que já se realizaram várias reuniões internas sobre o assunto. Referiu que aguardam uma proposta de uma empresa para fazer a avaliação, para se perceber o custo, para posteriormente serem tomadas algumas decisões. -----
- Sobre a recolha seletiva, disse que, de momento, está uma técnica da Câmara Municipal a trabalhar nesse sentido, mas irá solicitar uma informação sobre o que tem sido feito. -----
- Em relação à senhora Fernanda Garcia, disse que não informou, mas o que ficou combinado, na última reunião, foi que apresentasse uma proposta. Deu conta que foi, também, referido pela senhora Fernanda Garcia que já não precisava do armazém, que o demoliu, tendo, inclusivamente, oferecido, à Câmara Municipal, a estrutura do mesmo. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Referiu que o senhor Presidente da Câmara, hoje, informou a Câmara Municipal que contratou uma empresa para fazer um estudo, que indique quanto custa intervir no Mercado Municipal. Disse que sendo uma matéria do ponto de vista estrutural e importante para aquilo que é o futuro e a estratégia deste Município, na sua opinião, aquilo que são os programas que querem para aquilo que são equipamentos municipais, devem ser debatidos na Câmara Municipal e, depois, devem, provavelmente, ser outras empresas mais especializadas a fazer os estudos, porque o Município não tem condições, mas não se recorda de a Câmara Municipal, nestes dois anos, ter debatido aquilo que queria e o que entendia como conceito para o Mercado Municipal. Disse que não lhe parecia correto que o senhor Presidente encomende estudos com base apenas na sua ideia, que é contratar uma empresa que diga o que pode ser feito e quanto vai custar. Referiu que, na sua opinião, era ao contrário, o senhor Presidente apresentava à Câmara Municipal a sua ideia, os senhores Vereadores poderem, também, dizer as suas ideias para aquele local. Disse, ainda, que não gostaria que uma empresa fizesse um estudo que diga de que forma poderiam intervir, porque os Vereadores, também, têm ideias para a intervenção naquele equipamento Municipal. -----
- Relativamente à informação sobre a recolha seletiva, lembrou que quando os senhores Eng.º Nuno Cativo e Eng.º Nuno Carvalho estiveram na reunião de Câmara, a fazer uma abordagem aos problemas dos resíduos sólidos no nosso concelho, traziam uma informação que deram verbalmente, e foi solicitado, na altura, que fosse partilhada aquela informação de forma sistematizada, que nunca chegou. Referiu que era importante fazer uma abordagem detalhada deste tema, quer do lixo, quer da recolha seletiva. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Relativamente ao Mercado Municipal, esclareceu que nada foi contratado. Referiu que, por sugestão dos serviços, foi solicitado uma proposta a uma empresa para fazer a avaliação. Disse que estava longe do seu pensamento, em relação ao Mercado Municipal, apresentar uma proposta já elaborada para os senhores Vereadores a discutir. Disse, ainda, que logo que haja conhecimento daquilo que foi solicitado, iriam estar em melhores condições para apresentar o assunto à Câmara Municipal, para discussão. -----
- Sobre a informação da recolha seletiva, disse que, na altura, a informação foi prestada, sem estar sistematizada. Referiu que já a solicitou aos serviços. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Estudo urbanístico para a Rua Infante D. Henrique, em Bufarda – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 157/2020: Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Tomar conhecimento e ponderar o estudo urbanístico elaborado pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Estudos e Projetos em 15 de janeiro de 2020, relativamente ao estudo de alinhamento para a Rua Infante D. Henrique, localidade de Bufarda, tendo em conta o parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística datado de 01 de fevereiro de 2020.»

Deliberado, tomar conhecimento do estudo urbanístico para a Rua Infante D. Henrique, em Bufarda, e solicitar parecer à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia. (Doc.116 DPGU 1/20) --

2) Pedido de licenciamento para loteamento urbano, para o prédio sito no Bairro dos Dominginhos, em Peniche, apresentado em nome de Inbox - Promoção Imobiliária, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 158/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente, no exercício das funções de Presidente, datada de 11 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Emitir decisão final de caducidade do ato de licenciamento nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do RJUE, na sua atual redação, relativamente ao pedido de licenciamento para loteamento urbano, para o prédio sito no Bairro dos Dominginhos, localidade de Peniche, apresentado em nome de INBOX - Promoção Imobiliária, L.^{da}, no dia 03 de abril de 2008, tendo por base o parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 10 de fevereiro de 2020.» (Doc.117 DPGU L2/08) -----

3) Pedido de licenciamento para legalização de alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 30/18, para o prédio sito no Largo 5 de Outubro, em Peniche, apresentado em nome de António Ferreira Lopes Costa – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 159/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente, no exercício das funções de Presidente, datada de 11 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições, o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para legalização de alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 30/18, para o prédio sito no Largo 5 de Outubro, localidade de Peniche, apresentado em nome de António Ferreira Lopes Costa, no dia 31 de outubro de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 10 de fevereiro de 2020.» (Doc.118 DPGU 1221/19) -----

4) Pedido de licenciamento para legalização de alterações executadas no decurso da obra na vigência da licença n.º 50/15, sito na Rua das Flores, Casal Guisado, em Reinaldes, apresentado em nome de Ricardo Jorge Paulino Rodrigues – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 160/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura e deferir o pedido de licenciamento ao abrigo do disposto n.º 3

do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), apresentado no dia 22 de novembro de 2019, em nome de Ricardo Jorge Paulino Rodrigues, para legalização de alterações executadas no decurso da obra na vigência da licença n.º 50/15, sito na Rua das Flores – Casal Guisado, localidade de Reinaldes, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 11 de fevereiro de 2020.» (Doc.119 DPGU 1314/19)-----

5) Pedido de licenciamento para legalização de moradia unifamiliar com dois pisos, para o prédio sito Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 24, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Abílio Manuel Marques Domingos – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 161/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Abílio Manuel Marques Domingos, em 25 de janeiro de 2019, para legalização de moradia unifamiliar com dois pisos, para o prédio sito na Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 24, localidade de Atouguia da Baleia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 10 de fevereiro de 2020, nomeadamente por incumprimento de normas regulamentares relativas a acessibilidades, bem como de disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), no que concerne às dimensões da instalação sanitária do piso térreo, e á largura mínima do vão das escadas de acesso ao 1.º piso.» O senhor Vereador Jorge Gonçalves não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.120 DPGU 89/19) -----

6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de condomínio habitacional composto por quatro moradias unifamiliares, a implantar no prédio sito na Travessa da Bica, em São Bernardino, apresentado em nome de Pro Portugal - Mediação Imobiliária, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 162/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente, no exercício das funções de Presidente, datada de 11 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de emitir parecer desfavorável ao pedido, apresentado em nome de Pro Portugal - Mediação Imobiliária, Ld.^a, em 13 de setembro de 2019, sobre a viabilidade para construção de condomínio habitacional composto por quatro moradias unifamiliares, a implantar no prédio sito na Travessa da Bica, localidade de São Bernardino, pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 10 de fevereiro de 2020.» O senhor Vereador Jorge Gonçalves não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.121 DPGU 1042/19)-----

7) Abertura de procedimento por concurso público para empreitada de construção de passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 163/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«1) Autorizar a despesa para a realização da empreitada, no valor de 680.000,00€ (seiscentos e

oitenta mil euros), a acrescer do IVA à taxa legal em vigor;

2) Aprovar a abertura do procedimento, por concurso público, nas condições e com os fundamentos propostos na informação da DPGU – Setor de Concursos, datada de 12 de fevereiro de 2020;

3) Aprovar as peças do novo procedimento;

4) Aprovar a minuta do anúncio a publicar no Diário da República;

5) Designar o júri do procedimento com a seguinte composição:

a) 1.º membro efetivo e presidente do Júri: Ana Carriço – Arquitecta paisagista, Chefe da DPGU, em regime de substituição;

b) 2.º membro efetivo (substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos): Florinda Monteiro, Eng.ª Técnica Civil da DPGU;

c) 3.º membro efetivo: Pedro Mariano, Eng.º Civil da DPGU;

d) 1.º membro suplente: Jorge Guilherme Pereira, Eng.º Civil da DPGU;

e) 2.º membro suplente: Nuno Doirado, Eng. Técnico da DPGU.

6) Delegar no júri do procedimento as seguintes competências, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP:

a) Analisar e prestar esclarecimentos, quando solicitados pelos interessados;

b) Propor retificações às peças do procedimento;

c) Analisar e propor resposta a listas de erros e omissões.» (Doc.122 DPGU 214.A/OM)-----

8) Empreitada de reabilitação do edifício da antiga central elétrica para Centro Cívico e Intergeracional de Peniche – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -

Deliberação n.º 164/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Prorrogar o prazo de entrega das propostas por mais 15 dias, ou seja, até dia 10 de março, pelas razões que constam do parecer da DPGU datado de 11 de fevereiro de 2020.» (Doc.123 DPGU 421.B7/OM) -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

9) Pedido de alteração de Certidão de Propriedade Horizontal, para o prédio sito na Rua da Praia, n.º 22 e 24, em São Bernardino, apresentado em nome de Francisco Rocha Ribeiro Correia – Pelouro das Obras Municipais: -----

Deliberação n.º 165/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), e considerando a informação n.º 44/2020, da Divisão de Obras Municipais, datada de 29 de janeiro de 2020, proponho que a Câmara Municipal aprove, para efeitos de alteração de certidão de propriedade horizontal, a divisão da fração “N” em duas frações, “N” e “S”, do prédio sito na Rua da Praia n.º 22 e 24, em São Bernardino, Atouguia da Baleia, em nome de Francisco Rocha Ribeiro Correia.» (Doc.124 NIPG 23164/19)-----

REGULAMENTOS MUNICIPAIS:

10) Regulamento de atribuição de Prémios de Mérito Desportivo a Jovens Atletas – Proposta de revisão – Pelouro da Juventude: -----

Deliberação n.º 166/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro,

datada de 30 de janeiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município, bem como aprovar os regulamentos internos.

Considerando a informação prestada pelos serviços do Município, informação n.º 7/20, de 02 de janeiro de 2020, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Atribuição de Prémios de Mérito Desportivo a Jovens Atletas;
2. Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o requerente e o procedimento, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do início do procedimento no site do Município de Peniche;
3. Que se proceda à publicação no site do Município de Peniche do início do procedimento, nos moldes previsto no artigo 98.º do CPA;
4. A direção do procedimento é da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delega a sua instrução no Técnico Superior jurista, Carlos Afonso, nos termos do disposto no n.º 2 e 4 do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo.» (Doc.125 NIPG 22120/19)-----

PROTÓCOLOS:

11) Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Peniche e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 1672020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que:

- O Município tem todo o interesse em promover processos de democracia participativa no país que produzam mudanças transformadoras na sociedade e reforcem os laços de confiança entre a população e as instituições;
- Foi deliberado, a 1 de dezembro de 2014, “subscrever a Carta de Compromisso, ..., para a constituição da Rede de Autarquias Participativas (RAP), que visa promover processos de democracia participativa no país que produzam mudanças transformadoras na sociedade e reforcem os laços de confiança entre a população e as instituições” (deliberação n.º 1235/2014);
- A 3 de dezembro de 2014 o Município de Peniche conjuntamente com 46 Municípios assinou a “Carta de compromisso” no âmbito da Rede de Autarquias Participativas, no qual se declararam empenhados em constituir a Rede de Autarquias Participativas (RAP), enquanto estrutura colaborativa entre os seus membros de forma a contribuir para a sinalização, disseminação, qualificação e divulgação dos processos de democracia participativa no país;
- A Associação In Loco, associação que efetuava a Secretaria Técnica da Rede “Rede de Autarquias Participativas (RAP), comunicou ao Município a sua disponibilidade para efetuar a transferência dos direitos de utilização dos materiais, conteúdos e suportes para a entidade a designar pelos membros da RAP;
- Em novembro de 2019, a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, comunicou ao Município que a Secretaria Técnica da Rede “Rede de Autarquias Participativas (RAP)”

passaria a ser assegurada pela AOPP e que nesse âmbito seria necessário formalizar um protocolo de colaboração;

- E que o Protocolo de colaboração, proposto, tem por objeto a regulação do apoio do Município à Oficina, através da atribuição de um subsídio no valor de 950,00€ anuais e a definição das condições de colaboração entre as partes, para a manutenção da RAP, bem como, a definição dos termos gerais de funcionamento e financiamento desta.

Neste sentido, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida nas alíneas o), r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta do protocolo de colaboração, em anexo, no âmbito do desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local, a firmar entre o Município de Peniche e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação e atribua um apoio financeiro no valor de 950,00€, de acordo com a cláusula 3.ª do Protocolo de Cooperação.» (Doc.126 NIPG 20809/19)

INTERVENÇÃO SOCIAL:

12) Atribuição de talhões de cultivo da horta comunitária de Peniche para o ano de 2020 – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 168/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando o procedimento para atribuição de trinta e três talhões de cultivo da Horta Comunitária de Peniche, para o ano 2020, aberto em cumprimento da deliberação de Câmara Municipal datada de 16 de dezembro de 2019, e considerando que no período de audiência prévia de interessados, ocorrido nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo e do n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Municipal da Horta Comunitária (RMHC), não advieram pronúncias à listagem provisória dos candidatos admitidos e excluídos, proponho que a Câmara Municipal atribua talhões de cultivo a título gratuito e anual aos munícipes abaixo apresentados.

CANDIDATO	RESULTADO
<i>Andreza Manuel Lemos</i>	<i>Admitido</i>
<i>António Almeida Sequeira</i>	<i>Admitido</i>
<i>António Augusto Almeida Carriço</i>	<i>Admitido</i>
<i>António Conceição Silva</i>	<i>Admitido</i>
<i>António José dos Santos Bassaqueira</i>	<i>Admitido</i>
<i>António Manuel Rodrigues Delgado</i>	<i>Admitido</i>
<i>Carlos Manuel da Silva Lopes</i>	<i>Admitido</i>
<i>Duarte António Pereira de Barros</i>	<i>Admitido</i>
<i>Felismino Ramos Fernandes</i>	<i>Admitido</i>
<i>Gerné de Aragão Martins</i>	<i>Admitido</i>
<i>João António Santos Anastácio</i>	<i>Admitido</i>
<i>João Carlos Lemos Barata</i>	<i>Admitido</i>
<i>João da Conceição Marques</i>	<i>Admitido</i>
<i>João José Almeida Leitão</i>	<i>Admitido</i>
<i>João José Loureiro Soares</i>	<i>Admitido</i>
<i>José Alberto Teixeira Fernandes</i>	<i>Admitido</i>
<i>José António Ribeiro Correia</i>	<i>Admitido</i>

<i>José Maria Rodrigues</i>	<i>Admitido</i>
<i>Judith Jurema Gomes</i>	<i>Admitido</i>
<i>Justino Filipe Lúcio F. Silva</i>	<i>Admitido</i>
<i>Libânia Maria Almeida Mateus</i>	<i>Admitido</i>
<i>Lúcia Maria Lemos Barata Fernandes</i>	<i>Admitido</i>
<i>Luísa Maria Conceição Barata</i>	<i>Admitido</i>
<i>Manuel José Paraíso Pereira</i>	<i>Admitido</i>
<i>Maria Amélia Batista A Nunes Pinheiro</i>	<i>Admitido</i>
<i>Maria Antonieta Coiteiro Mateus</i>	<i>Admitido</i>
<i>Maria da Conceição da Silva Rosário Pacheco</i>	<i>Admitido</i>
<i>Maria Fernandes</i>	<i>Admitido</i>
<i>Maria Filomena Duarte Ferreira Alexandre</i>	<i>Admitido</i>
<i>Neuza Lurdes Ferreira Alexandre</i>	<i>Admitido</i>
<i>Rui Braz</i>	<i>Admitido</i>
<i>Rui Manuel Simões Rodrigues</i>	<i>Admitido</i>
<i>Sílvio dos Santos Gomes</i>	<i>Admitido</i>

(Doc.127 NIPG 1608/20) -----

13) Caracterização da população de Etnia Cigana, no acampamento sito na Fonte Boa, em Peniche – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 169/2020: Deliberado retirar da ordem do dia a informação referente à caracterização da população de Etnia Cigana, no acampamento sito na Fonte Boa, em Peniche, para que sejam adicionados antecedentes.-----

RECURSOS HUMANOS:

14) Lista nominal dos trabalhadores contratados em regime de CTTRC - Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, CEI - Contratos de Emprego Inserção e Inserção+, Contratos de Prestação de Serviços (avenças), e CEAMA - Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto, referentes ao mês de janeiro de 2020 - Pelouro dos Recursos Humanos:-----

Deliberação n.º 170/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento da lista nominal dos trabalhadores contratados em regime de CTTRC - Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, CEI - Contratos de Emprego Inserção e Inserção+, Contratos de Prestação de Serviços (avenças), e CEAMA - Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto, referentes ao mês de janeiro de 2020. -----

15) Horas extra dos trabalhadores do Município, referentes ao mês de janeiro de 2020 – Pelouro dos Recursos Humanos:-----

Deliberação n.º 171/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento das horas extra dos trabalhadores do Município, referentes ao mês de janeiro de 2020. -----

EVENTOS DE INICIATIVA MUNICIPAL:

16) Festival Sabores do Mar – Pelouro da Cultura:-----

Deliberação n.º 172/2020: Esteve presente o Técnico Superior de Arqueologia, Dr. Rui Venâncio e a Técnica Superior de Recreação, Lazer e Turismo, Dr.ª Marisa Ferreira, que fizeram uma apresentação do Festival Sabores do Mar, com o balanço da edição de 2019, e sugeridas diversas

alterações para a edição de 2021. Ficarão registadas em ata as intervenções dos membros da Câmara referente a este assunto. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

17) Desafetação de caminho público – Arlindo Fidalgo Antunes, Cabeça de Casal da Herança de – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 173/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando que a 6 de junho de 2016 a Câmara Municipal deliberou “... aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 3 de junho de 2016, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: Desafetar a área de 265m2 do Caminho Rural, sito na Serra d’El-Rei, assinalado na planta anexa, para integração no domínio privado do município, com o objetivo de posteriormente ser permutada com igual área a ceder pelo requerente ao domínio público.” (deliberação n.º 862/2016).

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a desafetar a área de 265m2 do Caminho Rural, sito na Serra d’El-Rei, assinalado na planta anexa, para integração no domínio privado do município, com o objetivo de posteriormente ser permutada com igual área a ceder pelo requerente ao domínio público.» (Doc.128 NIPG 11820/19) -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

18) Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a dezembro de 2019, e fundos disponíveis referentes de dezembro de 2019 a janeiro de 2020 – Pelouro das Finanças Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a janeiro de 2020, e fundos disponíveis referentes de janeiro e fevereiro de 2020 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 174/2020: A Câmara Municipal tomou conhecimento dos mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a dezembro de 2019, e fundos disponíveis referentes de dezembro de 2019 a janeiro de 2020 – Pelouro das Finanças Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a janeiro de 2020, e fundos disponíveis referentes de janeiro e fevereiro de 2020. (NIPG 2921/20) -----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

19) Substituição de trabalhador no âmbito do contrato de execução de competências delegadas – Freguesia de Peniche: -----

Deliberação n.º 175/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando o solicitado pela Freguesia de Peniche, através do seu ofício n.º 9, de 28 de janeiro de 2020, proponho que a Câmara Municipal autorize, nos termos n.º 6 do artigo 5.º do Contrato de Execução de Competências Delegadas, celebrado entre a Câmara Municipal de Peniche e a Junta de Freguesia de Peniche, em 2 de maio de 2014, a substituição do trabalhador Emídio de

Jesus Seia pelo trabalhador Emanuel Alexandre Pereira da Cruz, com efeitos desde a aposentação do senhor Emídio de Jesus Seia, e aprove a seguinte lista de pessoal a constar no Anexo I – versão 04 a que se refe o artigo 5.º do Contrato de Execução de Competências Delegadas.

Anexo I.04
Nome
<i>Emanuel Alexandre Pereira da Cruz</i>
<i>Carlos Alberto Vicente Monteiro</i>
<i>Ernesto José Santos Soares</i>
<i>Paulo José Castro Manam</i>
<i>Nuno Ricardo Vicente Chagas</i>
<i>António João da Costa Heleno</i>

(Doc.129 NIPG 2042/20) -----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

20) Agência Portuguesa do Ambiente: -----

Deliberação n.º 176/2020: Relativamente a este assunto, registaram-se as seguintes intervenções:

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Começou por agradecer, à Agência Portuguesa do Ambiente, toda a colaboração que têm tido com o Município de Peniche, a vários níveis. Fez referência aos processos da Transferência de Competências das Concessões de Praia e da arriba do Porto da Areia Sul. Referiu que esperava desafiar aquela entidade para fazer um contrato interadministrativo para a questão da Marginal Norte, que será, no contexto atual, a situação que mais preocupa a Câmara Municipal em termos de segurança. Disse que, a seu pedido, irá reunir com o senhor Secretário de Estado do Ordenamento, durante esta semana. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Agradeceu a presença da Agência Portuguesa do Ambiente. Referiu que existia um conjunto de assunto a abordar, do interesse Municipal, que quando abordados, naturalmente apresentaria os seus contributos. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que iria falar naquilo que entende ser mais importante. Referiu a Transferência de Competências das concessões de praia, para a responsabilidade do Município, que sendo uma oportunidade, seria, também, onde iriam necessitar do apoio da APA. Disse que a questão da Marginal Norte era, ainda, um objetivo dentro do quadro comunitário que está a terminar. Disse, ainda, que existem muitos dossiers a ser trabalhados com a APA, mas sabendo as dificuldades que existe para corresponder a todos os projetos que cada Município tem, sentia que a responsabilidade era do Município. Em outras áreas, disse que existem muitos projetos a ser trabalhados, nomeadamente, o acesso à praia do Molhe Leste. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que interessava objetivas algumas questões, porque elas estão colocadas. Referiu que os preocupava a questão da Nau dos Corvos, saber o ponto de situação, até porque é um ponto turístico, é uma referência local, onde todas as pessoas que vêm a Peniche, pela primeira vez, lá vão, e está fechado, sem prazos e, na sua opinião, aquilo é uma prioridade, pelo menos perspetivar-

se o que vai acontecer, o que cada um poderia fazer. Deu conta que tinha conhecimento que existem parecer solicitados que ainda não entregues, mas julga que a APA, também, teria todo o interesse em estar presente numa solução rápida para aquela situação. Uma outra questão colocada e que, na sua opinião, também é importante, sobre o que se fazia em relação ao Taskareia. Disse que a Câmara Municipal tem uma infraestrutura numa praia, onde se realiza o Campeonato do Mundo de Surf, e é uma pena que não se reabilite. Referiu que, em conjunto, teriam que encontrar soluções que tornem atrativo o investimento e, na sua opinião, aquela infraestrutura teria que ser reabilitada urgentemente, porque faz falta. Referiu que foram colocadas questões que têm que ver com a transferência de competências das concessões praias e, sobretudo, com algum desconhecimento que, pessoalmente, tem sobre as condições em que a mesma vai ocorrer, qual é a perspetiva da APA relativamente a isso, em que condições vai acontecer. Fez, também, referência à questão da circulação na Papôa, porque, na sua opinião, se deveria, com muita urgência, pensar em toda a Papôa, que obviamente teria que ter a visão e a autorização da APA, seria pensar num modelo de circulação naquela península que salvaguarde muito mais aquilo do que, até agora, tem acontecido. Referiu uma outra que tem que ver com o funcionamento das estruturas de apoio, os bares, nomeadamente na Ilha do Baleal. Disse que aquela era uma matéria que os preocupava. Disse, ainda, que a Marginal Norte era uma prioridade, aliás já defendeu que o trânsito deveria ser condicionado, porque vê ali perigos óbvios. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não existiam condições, numa reunião de Câmara, para trabalhar todos os dossiers. Referiu que cada senhor Vereador apresentaria aquilo que entendesse. Disse que existiam muitos objetivos que, a curto prazo, não terão condições de concretizar. Disse que o processo das concessões de praia, que já agradeceu, concentrarem-se na questão da Marginal Norte, porque se conseguissem, atempadamente, fazer o projeto de execução, iriam necessitar do apoio da APA para subscrever, uma vez mais, o contrato interadministrativo que já foi conversado e, na sua opinião, não haveria problemas. Deu conta que, também, já conversaram que uma das praias, que neste momento será mais apetecível e mais conhecida no nosso concelho, para além do Baleal, seria Supertubos, e já há algum tempo foram manifestando a intenção da Câmara Municipal, junto da APA e da EDP, no sentido de enterrar todos os cabos sobrelevados e conseguir iluminar toda aquela zona, havendo da parte da EDP essa disponibilidade, e se conseguissem, trabalhariam uma proposta de construção de um pequeno passadiço de acesso àquela zona. Referiu que iriam continuar, dentro das disponibilidades existente, a investir na colocação de limitadores de estacionamento em toda a Orla Costeira. Gostaria de convencer a APA sobre uma proposta de construção de um novo sistema sobrelevado que faria a ligação entre a portaria norte do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, e para não haver duas saídas próximas, e ao passadiço que já está autorizado e que irá avançar com o concurso. Agradeceu uma vez mais aquilo que a APA tem feito e disponibilizar, da parte da Câmara Municipal, para continuarem a trabalhar, no sentido de atingir um conjunto de objetivos que de interesse de ambos. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Sugeriu focar a questão da Marginal Norte e, caso houvesse tempo útil, a questão da Nau dos Corvos.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Fez um ponto de situação, relativamente à Marginal Norte. Disse que existiam dois relatórios da APA, um de 2013 e outro de 2015, que apontam para a deslocalização daquela marginal. Referiu que aquela era a prioridade das prioridades, em termos de intervenção. Disse que estavam, neste momento, a fazer um esforço para lançar o concurso para execução do projeto para apresenta à

APA e, posteriormente, tentar um financiamento, uma vez que está referenciado no POSEUR. Em relação à Nau dos Corvos, disse que neste momento existe uma questão de instabilidade. Referiu que a Nau dos Corvos foi avaliada, pelo LNEC, como edifício, e chegaram à conclusão que era necessária uma segunda avaliação da estrutura rochosa, que está contratada, para posteriormente ser apresentado o relatório sobre se existem condições ou não para manter aquela infraestrutura. Disse, ainda, que para além da Nau dos Corvos era o Cabo Carvoeiro, onde existe uma infraestrutura municipal que não satisfaz a Câmara Municipal, que tem que ver com as casas de banho subterrâneas. Deu conta que num determinado momento propuseram construir novas casas de banho, com um quiosque, e a posição da APA foi de não aceitação de uma solução que não fosse subterrânea, que para o Município cria alguns problemas por causa da cota e do saneamento.

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que, na sua opinião, deveria discutir aquelas duas questões, que são transversais a todos. -

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Subscreeveu as palavras do senhor Presidente da Câmara. Disse que tem sido feito um trabalho de profunda articulação com o Município de Peniche, que está a correr bem, a bem do território. Salientou que foi submetido ao POSEUR, no âmbito do contrato interadministrativo, que permitiu ao Município financiar dois projetos muito importantes, que era a questão da arriba, mas também a questão dos passadiços, pelo que agradeceu muito à Câmara Municipal ter trabalhado com a APA. Disse que o quadro comunitário de apoio caminhava para o fim, a dotação do POSEUR, para o Litoral, já é bastante reduzida, mas estão a reavaliar os projetos. Referiu que levaria a questão da Marginal Norte, esperando que rapidamente houvesse projeto para, em função disso, junto do POSEUR poder acomodar e financiar este projeto, pois percebeu que era importante para Peniche, e haverão de trabalhar sobre o assunto e darão nota em breve. Relativamente à descentralização de competências que os Municípios vão assumir, disse que o Município de Peniche assumiu a gestão dos apoios de praia, mas também o acesso às praias, o estacionamento, as concessões balneares, leia-se barraquinhas, quem emitia o parecer era a Autoridade Marítima, agora passa a ser o Município. Deu nota que em Portugal existem apenas dois POC aprovados, de segunda geração, que incorpora a nova visão para o Litoral, no fundo olhando para o território do lado do risco, mas também de valorização do território. Referiu que existe um conjunto de projetos que foram incluídos no POC da Agência Portuguesa do Ambiente, que transitaram para o plano de ação Litoral, chamado “*Paulo XXI*”, onde estão lançados todos os investimentos que vão ter prioridade neste quadro comunitário de apoio, que está a terminar, e também no próximo. Referiu que, mesmo não sendo, ainda, concreto, no próximo quadro comunitário de apoio o tema do litoral e o tema do risco vão ter uma grande fatia no valor do investimento, aquilo que é o combate às alterações climáticas, vão ter uma boa dotação financeira, pelo que acreditava que os projetos ali referenciados, tenham condições de serem materializados. Ainda, relativamente à descentralização de competências, disse que na questão dos projetos da defesa de proteção costeira, a arriba e os passadiços estão financiados, em relação à marginal, irá incluir o assunto nas suas prioridades. Assumiu o compromisso de falar com a senhora Dr.^a Helena Azevedo, mas necessitava que a Câmara Municipal lhe fizesse chegar o projeto, para que o mesmo possa ainda ser financiado. ---

Senhora Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral (DRHL), da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARH Tejo e Oeste) da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., Catarina Guadalpi:

- Referiu que o troço da Marginal Norte tem vindo a ser acompanhado, tal como o senhor Presidente da Câmara disse, desde 2013, pela Administração da Região Hidrológica (ARH) e, também, pelo Núcleo de Monitorização dos Serviços Centrais e, na fase que fizeram a atualização

do Plano de Ação Litoral 21 (PAL), a última atualização foi sujeita pelo programa de execução do POC-ACE. Disse que, atendendo aos registos de monitorização, não só do Município, mas também da APA e do núcleo de controlo daquele troço da marginal, a prioridade foi passada de média para elevada, porque de facto tinham registos que, efetivamente, concretizassem aquela necessidade. Referiu que facilitaria, do ponto de vista do POSEUR, este enquadramento.-----

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Disse que a questão da Berlenga, era tutelada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Referiu que levaria, também, a questão do risco naquela praia, que teria que ser trabalhada em conjunto, entre a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e está no Plano de Ação Litoral 21, portanto tem ele essa prioridade. Referiu que ficaria ali o compromisso de considerar a Marginal Norte, esperando ter uma resposta em breve. Disse que ficaria do lado da Câmara Municipal fazer chegar o projeto o mais depressa possível, para trabalharem em conjunto e a APA poder corresponder. Disse, ainda, que aquela forma de trabalhar, muito próxima e articulada, quem ganhava era o território claramente. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Em relação à revisão do PDM, disse que existe, há muitos anos, uma tentativa de ligação entre a o Báltico e Ferral, pela Almagreira, pelo que isso deveria ser estudado com a APA, para saber o que é possível, no âmbito desta revisão do PDM. -----

- Fez referência a um ofício da APA, face a uma participação da Polícia Marítima, que tem que ver com os estabelecimentos comerciais do Baleal, em que são colocadas reservas, relativamente aos horários de funcionamento, e a sua preocupação não tinha que ver com o facto de ter sido colocado as 02h00 como limite, era porque iriam transmitir à Polícia Marítima aquela indicação, pelo que existe alguma desarticulação entre aquilo que é a posição da Câmara Municipal e a posição da APA e da Polícia Marítima.-----

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Disse que uma vez que a competência transitou para o Município, seria entre este e a Autoridade Marítima, tendo a APA um papel meramente observador. -----

Senhora Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral (DRHL), da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARH Tejo e Oeste) da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., Catarina Guadalpi:

- Disse que não era competência da APA e, na altura, foi dada como recomendação, e mais pelas várias reclamações que receberam, nos últimos anos, especificamente sobre aquele troço do Baleal. Disse que a Capitania solicitou à APA uma opinião e alguma posição em relação à gestão do espaço, e como sempre, até janeiro de 2020 em que oficializaram a transferência, os apoios de praia estão previstos no Plano de Ordenamento da Orla Costeira, em termos de gestão de funcionamento, efetivamente, é competência da Câmara Municipal e não da APA, daí ser como recomendação e como resposta aos muitos problemas que têm recebido.-----

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Disse que os horários dos estabelecimentos comerciais era um tema sempre muito complicado.

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Relativamente à esplanada do Taskareia, disse que, na sua opinião, da análise que fez ao processo, a posição negativa da APA não tinha que ver com a esplanada, mas sim com o facto de a área de implantação ter aumentado, ou seja, se um próximo concorrente apresentar uma solução para uma

esplanada, não seria por essa razão que a APA diria que não. -----

Senhora Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral (DRHL), da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARH Tejo e Oeste) da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., Catarina Guadalpi:

- Esclareceu que o paradigma mudou por completo. Referiu que o programa da Orla Costeira foi aprovado e publicado em abril de 2019, mas só vincula entidades públicas, até ser vertido no PDM, até porque todos os Municípios da ARH do Tejo conseguiram cumprir os prazos de transposição da alteração do PDM, para efeito de receção do Plano Normativo do POC, e a partir daí vincula provados. Referiu que a questão da transferência de competências, fala-se em concessões, mas é muito mais abrangente. Disse que o que estava previsto na Lei da transferência de competências é a gestão da Orla Costeira de forma integral, acessos, infraestruturas, saneamento, estacionamento, etc, e foi transferido, de norte para sul, os limites do que é a água balnear, de este para oeste, o que é água das margens do mar. Disse, ainda, que, para este efeito, o POC-ACE tornou-se, ao contrário do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, mais abrangente e flexível, ou seja, dá os polígonos de implantação às estruturas que têm previsto aumento de área, foca-se muito mais na questão da infraestrutura em si, da sua reabilitação.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que dentro do que foi identificado, pelos senhores Vereadores e pelo senhor Presidente, como sendo as questões, para a Câmara Municipal, prioritárias, como a Nau dos Corvos e a Marginal Norte, deixou uma nota que tinha que ver com a Barragem do Rio de São Domingos, que também tem uma parte de gestão que tem que ver com a Agência Portuguesa do Ambiente. Referiu que, normalmente, olham para o território sempre do ponto de vista do Litoral, mas a verdade é que aquele ativo, a Barragem do Rio de São Domingos, desde que o plano foi aprovado, e alguns investimentos foram feitos há época, nunca mais teve qualquer investimento, inclusive das entidades centrais. Disse que era algo que reclamam há muitos anos, e que a Câmara Municipal nunca conseguiu fazer valer aquilo que está no plano como investimentos necessários àquela situação. -----

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Perguntou quais eram as questões prioritárias neste momento. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Referiu que não conseguiria, naquele momento, responder em concreto, mas poderia dizer, noutra altura, ao senhor Presidente que, seguramente, transmitiria. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Deu conta que se estava a referir ao ordenamento da envolvente. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que tinha que ver precisamente com isso, até porque acabava por ser cada vez mais difícil implementar aquilo que era as medidas, há data, definidas, uma vez que o território também está alterado e, provavelmente, uma abordagem e um diagnóstico mais recente era necessário. Referiu que, uma vez que iriam ter que dispor essas normas para o Plano Diretor Municipal, vai ficar a Câmara Municipal, provavelmente, com uma maior responsabilidade, sem nunca ter sido feito ali um investimento necessário, tendo o Município mais dificuldade de vir a concretizar as medidas necessárias.-----

Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Pimenta Machado:

- Referiu que não vinha preparado para responder sobre esta questão, mas levaria essa nota, claramente irá olhar para o assunto, e numa próxima oportunidade dará nota daquilo que a APA poderá ali fazer. Disse que todos os planos de ordenamento iriam passar a programas, uma tarefa que é da APA, que é a autora do programa. Foi dito pela senhora Vereadora que havia um plano de ação associado que do ponto de vista da execução foi pouco executado, ou não foi. Perguntou, do ponto de vista da senhora Vereadora Cristina Leitão, quais são as prioridades. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu a vinda da APA, a disponibilidade e a colaboração. -----

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

21) *Licenciamento de bailes de carnaval com música ao vivo, requerido pela Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro 1902, em Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral:* -----

Deliberação n.º 177/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente, no exercício das funções de Presidente, datada de 11 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas -----
«Atendendo ao solicitado pela Sociedade Filarmónica União 1.º Dezembro 1902, por requerimento, registado nestes serviços no dia 30 de janeiro de 2020, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 31 de janeiro de 2020, proponho que se autorize a emissão de Licença de Recinto Improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para realização do referido evento, no pavilhão da Associação, em Atouguia da Baleia, nos dias de 22 a 24 de fevereiro de 2020, entre as 21:00 e as 06:00 horas.» (Doc.130 NIPG 2083/20)-----

22) *Licenciamento de festividades de carnaval 2020 no Clube Recreativo Penichense, solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Sebastião de Peniche e Organização da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem – Pelouro da Administração Geral:* -----

Deliberação n.º 178/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----
«Atendendo ao solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Sebastião de Peniche, com a Organização da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, através de requerimento registado nestes serviços a 13 de janeiro de 2020, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datado a 06 de fevereiro de 2020, proponho que se autorize a emissão da licença de recinto improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para o espaço onde se realizarão as comemorações do Carnaval de Peniche, no Clube Recreativo de Peniche, e espaço contíguo, no Jardim Público, nos dias 21 a 25 de fevereiro de 2020, nesta cidade.» (Doc.131 NIPG 923/20) --

APOIOS DIVERSOS:

23) *Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, para apoio aos grupos que participarão no desfile de Carnaval de inverno – Pelouro da Cultura:*

Deliberação n.º 179/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -
«Considerando a deliberação n.º 108/2020, de 27 de janeiro, e a informação interna dos Serviços

de Turismo, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribua um subsídio, no valor de 650,00 euros, como reforço ao montante já aprovado, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, enquanto coorganizador do Carnaval de Inverno 2020, destinado a criar condições para a participação de mais um grupo no desfile.» (Doc.132 NIPG 2809/20) -----

24) Atribuição de apoio à Associação de Estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização da “Tuna ao Forte” – Pelouro do Associativismo: Deliberação n.º 180/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente, no exercício das funções de Presidente, datada de 10 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----
«Considerando a candidatura da Associação de Estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche solicitando apoio logístico, para a organização da "Tuna ao Forte". Considerando que a atribuição dos apoios solicitados é da competência da Câmara Municipal. Considerando que a atividade terá início no dia 15 de fevereiro de 2020. Considerando o meu despacho, do dia 15 de fevereiro de 2020, emitido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em que autorizei a atribuição do apoio logístico à Associação de Estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche, proponho que a Câmara ratifique o despacho referido, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.» (Doc.133 NIPG 2809/20) -----

DIVERSOS:

25) Associação de Proteção dos Animais de Peniche – Doação de terreno e de construções, aceitação de verba e extinção do protocolo – Pelouro das Finanças:-----
Deliberação n.º 181/2020: Deliberado retirar da ordem do dia, a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 12 de fevereiro de 2020, referente à Associação de Proteção dos Animais de Peniche – Doação de terreno e de construções, aceitação de verba e extinção do protocolo, por não terem sido disponibilizados todos os documentos relativos ao processo, devendo o assunto ser presente numa próxima reunião de Câmara. O senhor Presidente da Câmara comunicou o seu impedimento, conforme previsto no n.º 1 do artigo 70.º do CPA, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento, não participou da apreciação deste assunto. (NIPG 2110/20) -----

26) Quotização/comparticipação do Município de Peniche na Comunidade Intermunicipal do Oeste, para 2020 – 1.ª Alteração – Pelouro das Finanças:-----
Deliberação n.º 182/2020: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -
«Considerando:
- Que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, na sua reunião de 20 de janeiro de 2020, aprovou a 1.ª modificação ao Mapa de Quotizações/Comparticipações dos Municípios para 2020; e
- Que a alteração ao Mapa de Quotizações/ Participações, no que concerne ao Município de Peniche, consiste no acréscimo da participação do Município relativamente ao projeto “Autoridade de Transportes – PART”, no valor de 12.271,59€, cuja participação, após esta alteração, será no valor de 5.719,72€.

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea s) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove e autorize o pagamento do mapa de quotizações/comparticipações do Município de Peniche na Comunidade Intermunicipal do Oeste, conforme a Alteração ao Mapa de Quotização 2020 n.º 1, em anexo, aprovado pela Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste a 20 de janeiro de 2020.» (Doc.134 NIPG 2902/20) -----

27) Pedido de plantação de árvore, apresentado em nome da Rotary Club de Peniche – Pelouro dos Espaços Verdes: -----

Deliberação n.º 183/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a carta da Rotary Club de Peniche, de 19 de outubro de 2019, e a informação da Divisão de Energia e Ambiente n.º 14, de 30 de janeiro de 2020, sobre a intenção de plantar uma árvore, na Rua Alexandre Herculano, na área relvada frente à antiga BP, mais precisamente no espaço verde de enquadramento norte do Jardim da Cascata – Peniche, a realizar no dia 11 de março de 2020, e a colocação de um marco com o símbolo da instituição, bem como a solicitação de apoio do Serviço de Espaços Verdes para acompanhamento e plantação da árvore, incluindo abertura da cova, colocação do substrato, tutoragem e rega, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas nas alíneas j), u) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a plantação nos termos propostos.» Os senhores Vereadores Jorge Gonçalves e Cristina Leitão, comunicaram o seu impedimento, conforme previsto no n.º 1 do artigo 70.º do CPA, pelo que, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento, não participaram da votação. (Doc.135 NIPG 2110/20) -----

28) Responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Elsa Rodrigues - Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 184/2020: Deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, referente à responsabilidade extracontratual do Estado, no âmbito de um processo de que é titular Elsa Rodrigues, por estarem em falta documentos necessários à apreciação do assunto, devendo o mesmo ser presente na próxima reunião de Câmara. (Doc.136 NIPG 7796/19)-----

REUNIÕES DE CÂMARA:

29) Realização da quarta reunião ordinária da Câmara Municipal de fevereiro de 2020 – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 185/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de fevereiro de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 122/2020, de 03 de fevereiro, através da qual os serviços estarão encerrados nos dias 24 e 25 de fevereiro, diminuindo o tempo útil para preparar os assuntos para reunião, proponho, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o n.º 5 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal, que não se realize a quarta reunião ordinária da Câmara Municipal prevista para dia 24 de fevereiro.» (Doc.137 NIPG 3007/20)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 186/2020: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e vinte minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de maio de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
